



Diário da Assembléia

LEI N. 6.801, DE 8 DE MAIO DE 1962
Dispõe sobre concessão de pensão

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Condição da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Ficam estipuladas em importância equivalente à parte fixa dos subsídios dos deputados estaduais as pensões das sras. Rita D'Andrea Gentil, Angelina Motta Florence, Olga Tarabal, Flordalisa Meira Monte e Judith Moreira Cesar Castelo Branco, previstas, respectivamente, nas Leis ns. 258, de 16 de março de 1949, 488, de 30 de setembro de 1949, 1.050, de 12 de junho de 1951 e 2.241, de 11 de agosto de 1953.

Artigo 2.º — Ficam concedidas às sras. Zizi de Araujo Lobo, Antonia Doria Fernandes, Alice Ferreira Peake Flaquer, Concheta de Barros Serra, Rosa Gomes Carneiro, Rosália Domingues de Moraes, Maria do Carmo Arruda Campos Andaló e Maria de Lourdes Fortes Pieroni, pensões mensais, vitalícias, intransferíveis, de valor equivalente à parte fixa dos subsídios dos deputados estaduais.

Parágrafo único — A pensão de que trata esta lei será concedida enquanto perdurar o estado de viuvez das beneficiárias.

Artigo 3.º — Fica aberto um crédito de Cr\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil cruzeiros), na Secretaria da Fazenda à mesma Secretaria, suplementar à verba n. 314 — 8.954 — 481 — 4, do orçamento.

Parágrafo único — O presente crédito será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, elevado o limite legal da percentagem necessária.

Artigo 4.º — As despesas com a execução da presente lei correrão por conta do crédito suplementar aberto pelo artigo anterior.

Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de maio de 1962.
(a) Condição da Costa Neves, Presidente em exercício
Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de maio de 1962.

(a) Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

ORDEM DO DIA

PARA A 59.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 9 DE MAIO DE 1962

1 — Discussão e votação do Requerimento n. 143, de 1962, apresentado pelo deputado Sealamandré Sobrinho, propondo um voto de confraternização com a população do município de Itapeccira da Serra, pelo transcurso de mais um aniversário de sua fundação.

2 — Discussão e votação do Requerimento n. 144, de 1962, apresentado pelo deputado Arruda Castanho, propondo um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Júlia Cezar Ferraz.

3 — Discussão e votação do Requerimento n. 145, de 1962, apresentado pelo deputado Rocha Mendes Filho, propondo um voto de louvor pelo transcurso do "Dia do Enfermeiro". Em anexo o Requerimento n. 146, de 1962, sobre o mesmo assunto.

ORDEM DO DIA

PARA A 60.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 9 DE MAIO DE 1962

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

1 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 189, de 1959, apresentado pelo deputado Hilário Forloni, abrindo crédito extraordinário na Secretaria da Fazenda, destinado a ocorrer as vítimas da inundação ocorrida na cidade de Lorena. Parecer n. 1.862, de 1961, de relator especial favorável, com emenda. Parecer n. 3.166, de 1961, da Comissão de Assistência Social, favorável ao Projeto e à emenda. Parecer n. 39, de 1962 da Comissão de Finanças favorável ao Projeto, à emenda e com emenda.

2 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 664, de 1961, apresentado pelo Sr. Governador, criando as Divisões de Mecanização da Receita e a da Despesa nos respectivos Departamentos da Secretaria da Fazenda. Com emendas de ns. 2 e 3. Parecer n. 2.434, de 1961, de relator especial favorável ao Projeto e às emendas ns. 2 e 3. Com proposta de alteração. Parecer n. 33, de 1962, da Comissão de Serviço Civil, favorável.

a) ao projeto;
b) às emendas ns. 2 e 3;
c) à proposta de alteração;
d) oferecendo 4 sugestões de emendas apresentadas nos termos do artigo 61 do Regimento Interno; e

e) com emendas do relator especial de leis A e B. Parecer n. 34, de 1962, da Comissão de Finanças, favorável:

a) ao projeto;
b) à proposta de alteração;
c) às emendas A e B; e
d) as sugestões de emendas apresentadas na Comissão de Serviço Civil.

Com pedido de retirada.

3 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 274, de 1961, apresentado pelo deputado Tte. Cel. Geraldo Martins, concedendo auxílio à Associação dos Surdos e Mudos de São Paulo, destinado à construção de sua sede própria. Parecer n. 1.800, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Votação em 2.ª discussão do Projeto de lei n. 1.345, de 1960, apresentado pelo deputado Jéthero de Faria Cardoso, criando delegacia regional de ensino em Bragança Paulista. Pareceres ns. 2.497 e 2.498, de 1961, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

2 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.303, de 1960, apresentado pelo deputado Jairo Azevedo, declarando de utilidade pública o Centro Espírita "Pae Jacob" de Rio Claro. Parecer n. 2.306, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

3 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.033, de 1961, apresentado pelo deputado Gustavo Martini, declarando de utilidade pública o Rotary Clube de Indaiatuba. Parecer n. 3.285, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

4 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.112, de 1961, apresentado pelo deputado Mendonça Falcão, dando a denominação de "Dr. Sólton Fernandes" ao Fórum de Guarulhos. Parecer n. 3.274, de 1961 da Comissão de Justiça favorável. Anexado ao Projeto de lei n. 1.109, de 1961.

5 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 578, de 1957, apresentado pelo deputado Sealamandré Sobrinho, dispondo sobre o funcionamento como Colégio do Ginásio Estadual "Professor Alberto Levy", do bairro de Indianópolis nesta Capital. Pareceres ns. 751 e 752, de 1961 respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

6 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.465 de 1957, apresentado pelo deputado Geminal Feijó, criando uma escola artesanal em Vila Pirituba, nesta Capital. Pareceres ns. 2403 e 2404, de 1958, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

7 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.063, de 1959, apresentado pelo deputado Luciano Lepera, concedendo empréstimo às Prefeituras Municipais para aquisição de terras marginais. Parecer n. 932, de 1961, de relator especial, propondo a transformação da proposta em indicação.

8 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.242, de 1959, apresentado pelo deputado Jacob Pezro Carolo, dispondo sobre a criação de Museu no distrito de Dumont, município de Ribeirão Preto. Parecer n. 1.667, de 1959, da Comissão de Justiça, favorável.

9 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 857, de 1960, apre-

sentado pelo deputado Geraldo de Barros, isentando do imposto de vendas e consignações os cafés das séries "Consumo Interno" e "Expurgo" vendidos ao Instituto Brasileiro do Café. Parecer n. 3.074, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

10 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 633, de 1961, apresentado pelo deputado Israel Novaes, criando posto de mecanização agrícola em Capão Bonito. Parecer n. 2.315, de 1961, da Comissão de Justiça favorável.

11 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 705, de 1961, apresentado pelo deputado Yoshifumi Utiyama, criando grupo escolar no bairro de Mirandópolis, nesta Capital. Parecer n. 2.718, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

12 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 858, de 1961, apresentado pelo deputado Sussumu Hirata, revogando o art. 2.º da Lei n. 4.793, de 12-8-58, que condiciona a instalação do ginásio de São Miguel Arcanjo à doação, pela Prefeitura local, de terreno, edifício e material didático para o seu funcionamento. Parecer n. 80, de 1962, de relator especial, favorável.

13 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.317, de 1961, apresentado pelo deputado Bravo Caldeira, elevando o valor mensal da pensão concedida à D. Maria Rita de Oliveira Lacerda. Parecer n. 13 de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

ORDEM DO DIA

PARA A 62.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 10 DE MAIO DE 1962

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

1 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.330, de 1959, apresentado pelo deputado Luiz Roberto Vidigal, concedendo auxílio à Cruzada de Assistência ao Vale do Paraíba, para a cidade de Jacareí. Pareceres ns. 3.198 e 3.199, de 1961, respectivamente das Comissões de Assistência Social e de Finanças, favoráveis.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Votação em 1.ª discussão do Projeto de lei n. 43, de 1961, apresentado pelo deputado Rocha Mendes Filho, criando uma Escola de Química Industrial na Capital. Parecer n. 815, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

2 — Discussão única adiada e votação do Projeto de lei n. 375, de 1961, apresentado pelo deputado Leônidas Ferraz Júnior, dando a denominação de "Benedito Paro", ao Grupo Escolar "Professor Adão Corrêa Melges", de Colina. Pareceres ns. 2.723 e 2.724, de 1961, respectivamente da Comissão de Justiça e de relator especial, favoráveis.

3 — 2.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 718, de 1960, apresentado pelo deputado José Maria Neves, dispondo sobre a contagem em dobro do tempo prestado por funcionário público ou autárquico, em comissões de inquérito ou sindicância. Parecer n. 2.997, de 1961, da Comissão de Serviço Civil, favorável.

4 — 1.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 1.932, de 1959, apresentado pelo deputado Juvenal Rodrigues de Moraes, instituindo gratificação por risco de vida para o pessoal da Polícia Pública e Guarda Civil de São Paulo. Com emenda. Parecer n. 1.615, de 1960, de relator especial, contrário.

5 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 809, de 1961, apresentado pelo deputado Leônidas Ferreira, dando a denominação de "D. Ana Rivanca" ao 2.º Grupo Escolar de Gália. Pareceres ns. 3.267, de 1961 e 8, de 1962 respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

6 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.105, de 1961, apresentado pelo deputado Maurício Leite de Moraes, declarando de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Igarapava. Parecer n. 3.275, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

7 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.143, de 1961, apresentado pelo deputado Castello Branco, declarando de utilidade pública a Fundação Prada de Assistência Social, da Capital. Parecer n. 242, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

8 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.327, de 1961, apresentado pelo deputado Magalhães Prado, dando a denominação de "Capitão Leovigildo S. Gomes dos Reis" ao Ginásio de São José do Barreiro. Pareceres ns. 337 e 433, de 1962, respectivamente de relator especial e da Comissão de Educação, favoráveis.

9 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 267, de 1958, apresentado pelo deputado Marcondes Filho, dispondo sobre descentralização dos exames de saúde em servidores públicos, no interior do Estado. Parecer n. 2684, de 1958, da Comissão de Serviço Civil, favorável.

10 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1838, de 1958, apresentado pelo deputado Santilli Sobrinho, criando Faculdade de Farmácia e Odontologia em Assis. Pareceres ns. 2470 e 2535, de 1961, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

11 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 194, de 1960, apresentado pelo deputado Luciano Nequeira Filho, concedendo pensão mensal à D. Aulá Cassio Ribeiro. Parecer n. 3122, de 1961, da Comissão de Assistência Social, favorável. Parecer n. 3123, de 1961, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda.

12 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 826, de 1960, apresentado pelo deputado Leônidas Camarinho, criando uma Faculdade de Ciências Econômicas em Santa Cruz do Rio Pardo. Pareceres ns. 2657 e 2658, de 1961, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

13 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1355, de 1959, apresentado pela deputada Condição da Costa Neves, contando como de serviço público, para todos os efeitos, o período de trabalho prestado em órgãos ou dependências do Departamento de Profilaxia da Lepra, remunerado pela verba de Laboratório ou por outra fonte. Parecer n. 2281, de 1959, de Relator Especial, favorável, com emenda visando à constitucionalidade.

14 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 90, de 1960, apresentado pelo deputado Chaves de Amarante, criando ginásio no município de Cesário Lange. Parecer n. 633, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável.

15 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 224, de 1960, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, instituindo a data de 12 de abril como o "Dia da Obstetriz". Parecer n. 539, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável.

16 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.162, de 1960, apresentado pelo deputado José Costa, concedendo pensão mensal à D. Leonor Francisca Cardoso. Parecer n. 636, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

17 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 584, de 1961, apresentado pelo deputado Mário Telles, concedendo auxílio ao Comitê Olímpico Brasileiro, destinado à realização, nesta Capital, dos Jogos Panamericanos de 1963. Parecer n. 3.149, de 1961, de relator especial, favorável.

18 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 794, de 1961, apresentado pelo deputado Jorge Nicolau, criando um hospital psiquiátrico em São João da Boa Vista. Parecer n. 2.678, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

19 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 958, de 1961, apresentado pelo deputado Lavini Lucchesi, criando escola industrial em Monte Aprazível. Parecer n. 44, de 1962, de relator especial, favorável.

P A U T A

PARA A 59.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 9 DE MAIO DE 1962

EM PAUTA, POR 5 (CINCO) SESSÕES, PARA CONHECIMENTO E RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SRS. DEPUTADOS, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 156 E 163 DO REGIMENTO INTERNO

2.ª SESSÃO

1 — Projeto de lei n. 300, de 1962, apresentado pelo deputado Sussumu Hirata, isentando da taxa de registro e fiscalização de veículos e da taxa